

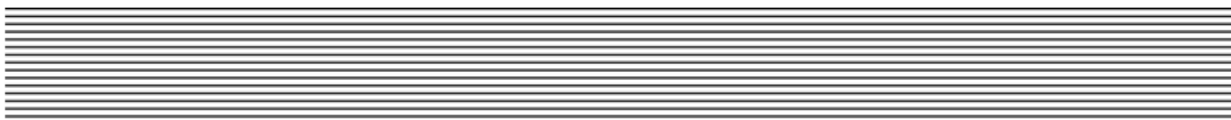


## ÍNDICE

ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO.....	1
RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO.....	1
1) DA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO.....	3
2) DA DENÚNCIA.....	4
3) DADOS DA FAZENDA FISCALIZADA.....	4
4) DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO.....	4
5) RELAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS.....	5
6) DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO ENCONTRADA NA FAZENDA.....	5
7) CONCLUSÃO.....	9

## ANEXOS:

ANEXO I	NAD- NOTIFICAÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS
A N E X O II	AUTOS DE INFRAÇÃO
ANEXO III	CONTRATO SOCIAL



## 1) EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO



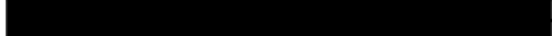
### MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

#### COORDENAÇÃO



AFT- SRTE/MT Coordenador  
AFT- SRTE/MT Subcoordenador


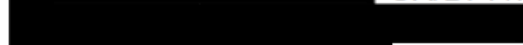
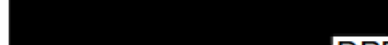
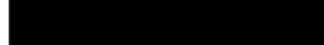
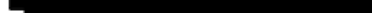
#### AUDITORES-FISCAIS DO TRABALHO

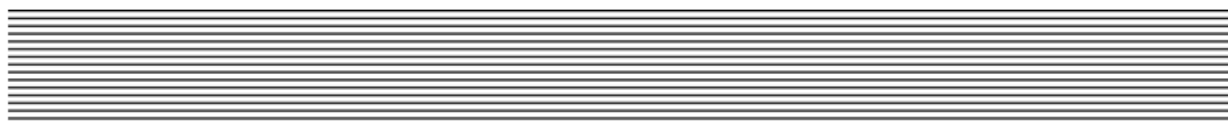
 - GRTE/Imperatriz/MA  
 GRTE/Chapecó/SC  
 SRTE/MA

#### MOTORISTAS

 SRTE/RO  
 SIT/MTE  
 SIT/MTE

#### POLÍCIA FEDERAL

 - SR/DPF/MA  
 - SR/DPF/MA  
 SETRAF/DDH/ CGDI  
 DPF.B. ITZ/MA  
 DPF.B. ITZ/MA





## 5) RELAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS

1	01877818-6	131417-3	Deixar de manter em funcionamento, por estabelecimento, a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.7.2 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
2	01877812-7	131147-6	Deixar de fornecer aos trabalhadores expostos a agrotóxicos equipamentos de proteção individual e/ou vestimentas adequadas aos riscos ou fornecer aos trabalhadores expostos a agrotóxicos equipamento de proteção individual e/ou vestimenta que propicie(m) desconforto térmico prejudicial ao trabalhador.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.8.9, alínea "a", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
3	01877811-9	131154-9	Permitir o uso de roupas pessoais para aplicação de agrotóxicos.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.8.9, alínea "h", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
4	01877809-7	131179-4	Manter agrotóxicos, adjuvantes ou produtos afins armazenados em edificação que se situe a menos de 30 m de habitações ou locais onde são conservados ou consumidos alimentos, medicamentos ou outros materiais.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.8.17, alínea "e", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
5	01877810-1	131037-2	Deixar de equipar o estabelecimento rural com material necessário à prestação de primeiros socorros.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.5.1.3.6 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
6	01877819-4	131058-5	Deixar de contratar um técnico de segurança do trabalho ou Serviço Especializado em Segurança e Saúde no Trabalho Rural Externo.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.6.6.1, da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
7	01877817-8	131001-1	Deixar de garantir adequadas condições de trabalho, higiene e conforto para todos dos trabalhadores, segundo as especificidades de cada atividade.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.3.3, alínea "e", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.

## 6) DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO ENCONTRADA NA FAZENDA

No dia 10/08/2009, o GEFM iniciou a fiscalização da Fazenda São José, de propriedade da SENOR LTDA, em Açailândia, acompanhado da Polícia Federal e do Ministério Público do Trabalho, com o objetivo de apurar denúncia de redução de trabalhadores à condição análoga a de escravo.

Durante as entrevistas, constatou-se que a maioria dos trabalhadores já laboram na área da fazenda há alguns anos. Inicialmente, havia um regime de parceria com a Nordeste Borracha Ltda, cujo proprietário era o Sr. [REDACTED]. Todavia, com o falecimento deste último, a Senhor Ltda assumiu o controle das atividades de extração do látex, desde maio de 2009, porém, registrou todos os trabalhadores somente a partir de julho de 2009, com pagamento mensal de R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais).

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_





***Entrevista com trabalhador***

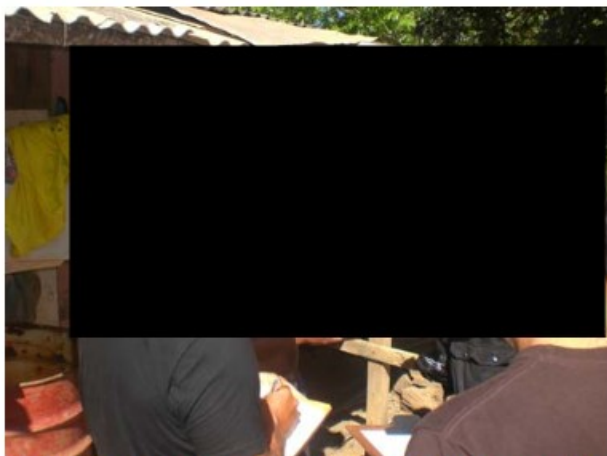


***Reservatório inadequado de água.***

Vale ressaltar que o GEFM apurou também que, apesar do registro na CTPS ser no valor de R\$ 465,00 ( quatrocentos e sessenta e cinco reais), os trabalhadores que produzissem mais do que 1.100 ( hum mil e cem) quilos, receberiam, a título de “ bonificação”, R\$ 0,42 ( quarenta e dois centavos), por quilo excedente.

Todavia, essa “bonificação” não constava no recibo de pagamento de salário, consubstanciando o que usualmente é chamado de “ pagamento por fora”. Desta forma, foi exigida a imediata correção dessa prática, com os respectivos recolhimentos retroativos devidos, o que fora atendido pelo empregador, consoante Guias de Recolhimento de FGTS em anexo, bem como a retificação das datas de admissão das CTPS dos empregados a contar da assunção das atividades pela SENOR, desde maio de 2009. Isto, também, com o recolhimento retroativo do respectivo FGTS.

No decorrer da inspeção física, foram vistoriadas as moradias dos trabalhadores, com algumas irregularidades sendo encontradas. Entre as irregularidades mais graves está a presença de embalagens de agrotóxicos na própria residência dos trabalhadores, junto aos seus familiares e crianças, sem qualquer sinalização ou aviso de alerta.



***Trabalhador mostrando o agrotóxico que aplica.***



***Depósito irregular de agrotóxico “Ethrel PA”.***

Ressalte-se que o agrotóxico encontrado é o “ ETHREL PA”, composição Etefom, pote de 1 kg, classificação toxicológica classe 1, tarja vermelha, extremamente tóxico, que é aplicado uma vez por mês nas seringueiras, por todos os seringueiros. Tal irregularidade resultou na lavratura do auto de infração nº 018778097, cuja omissão é “ Manter agrotóxico, adjuvantes ou produtos afins armazenados em edificação que se situe a menos de 30 m



de habitações ou locais onde são conservados ou consumidos alimentos, medicamentos ou outros materiais”.

Não obstante, foi constatado também, que havia o uso de roupas pessoais para aplicação de agrotóxicos pelos seringueiros, ensejando a lavratura do auto de infração de nº 018778119. Os seringueiros revelaram que, posteriormente à aplicação do agrotóxico, as roupas são levadas para suas próprias residenciais, entrando em contato com os seus familiares e outras roupas pessoais.



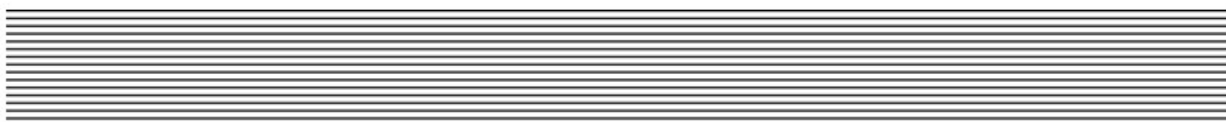
***Trabalhadores demonstrando onde depositam o “Ethrel PA” ( agrotóxico).***

Observou-se, ainda, que o empregador deixou de fornecer aos seringueiros que aplicavam agrotóxico os equipamentos de proteção individual e/ou vestimentas adequadas aos riscos, tais como luvas, máscaras, resultando na lavratura do auto de infração de nº 018778127.



***Seringueiro da SENOR com garrafa em que leva água para frente de trabalho. Seringal da SENOR.***

A atividade laboral dos seringueiros, naturalmente, os expõe a riscos de cortes, perfurações, além de ataques de animais silvestres e peçonhentos, contudo, o empregador, além de não fornecer os equipamentos de proteção individuais correspondentes aos riscos, também não disponibilizava o material necessário à prestação dos primeiros socorros. Assim, foi lavrado o auto de infração de nº 018778101.







***Moradias dos trabalhadores.***



***Moradias da "Vila do Presídio"***

A Fazenda São José possui três pólos de moradias: a Vila Torta, que é composta por dez casas; a Vila Presídio, que tem treze habitações e a Vila da Sede, com 10 residências.

Durante a inspeção física foi verificada a precariedade das condições de higiene e conservação de algumas das moradias, com a presença de lodo nas paredes das instalações sanitárias, a higienização dos utensílios de cozinha sendo feito em local improvisado, com esgoto a céu aberto e a presença de animais, tais como cães, gatos e moscas nas proximidades da água armazenada para consumo. Tal irregularidade resultou na lavratura do auto de infração de nº 018778178.



***Entrevista com trabalhadores da "Vila da Sede".***



***Sede administrativa da fazenda.***



***Depósito inadequado de embalagens de agrotóxicos.***

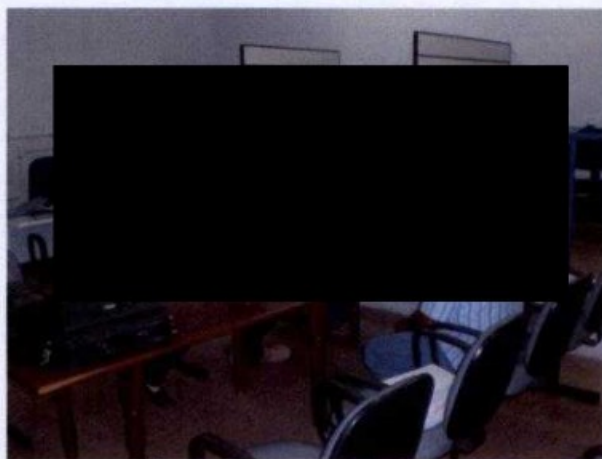




Em razão da gravidade das irregularidades encontradas, foram lavrados de imediato, na sede administrativa da fazenda, quatro autos de infração.



*Entrega dos autos de infração.*



*Análise de documentos.*

Por fim, o empregador foi notificado a apresentar os documentos necessários à verificação do cumprimento das normas trabalhistas na Gerência Regional do Trabalho e Emprego, em Imperatriz- MA, no dia 13 de agosto de 2009, ocasião em que foram encontradas novas irregularidades e novos autos de infração foram lavrados, encerrando a fiscalização.

## **7) CONCLUSÃO**

Ante o exposto, concluímos que não há, atualmente, sujeição de trabalhador à condição análoga à de escravo na Fazenda São José, de propriedade da SENOR Ltda.

Brasília, 21 de agosto de 2009.

